



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE
ATA DA 635ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA E HORA: 14 de agosto de 2026, às 16h

LOCAL: Reunião por Videoconferência (Google Meet)

PRESENÇA

CONSELHEIROS:

- Rondinelli Santos de Matos Pereira (Presidente interino);
- Albanira Cordeiro de Araújo;
- Ava Patrícia Lima Moraes;
- Sueidy Araújo Barbosa;
- Maria do Socorro de Almeida.

SECRETÁRIA:

- Poliana Araújo Soares

AUSÊNCIAS: Leandro Barbosa de Almeida (Presidente eleito - Licenciado).

1. PAUTA (S)

Abertura da Reunião e Verificação de Quórum: A reunião foi formalmente iniciada após Rondinelli Pereira confirmar quórum.

Apresentação do Processo SEI nº 153012718/2026: A conselheira relatora Ava Patrícia Lima Moraes apresentou o processo referente ao encerramento dos fundos "Vértice 2026" e a subsequente realocação dos recursos para os fundos "Vértice 2028" do Instituto de Previdência do Estado de Roraima (IPER). O montante total estimado para realocação, baseado na posição de 31/07/2026, é de R\$ 383.395.134,42, a ser destinado aos fundos BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos Vértice Especial 2028 (CNPJ 50.996.010/0001-29) e Caixa Brasil Especial 2028 Títulos Públicos (CNPJ 56.209.124/0001-36)

Fundamentação Técnica da Realocação: Ava Patrícia Lima Moraes explicou que a movimentação decorre do vencimento natural dos títulos que compõem os fundos de origem, e não de uma mudança estratégica de investimento. A área técnica indicou que a realocação é necessária para evitar a concentração excessiva em ativos vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e para buscar rentabilidade alinhada à meta atuarial, aproveitando taxas indicativas para títulos com vencimento em 15/08/2028. Além disso, destacou-se que os fundos de destino possuem taxa de administração de 0,06% ao ano, inferior a parte dos fundos de origem, e a operação está em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 5272/2025, mantendo o enquadramento da carteira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Voto da Relatora e Condicionantes: Ava Patrícia Lima Moraes votou favoravelmente à aprovação da realocação, condicionada à manutenção estrita da segregação dos recursos dos planos financeiro e previdenciário e ao respeito aos limites da resolução CMN 5272/2025. A relatora recomendou que a unidade técnica realize a retificação de erros materiais encontrados na nota técnica, especificamente quanto a datas e classificação de valores entre os fundos, antes de efetivar a movimentação, sem que isso altere o mérito da proposta.

Esclarecimentos e Votação: Após a explanação, Albanira Cordeiro solicitou esclarecimentos sobre a necessidade de correção na nota técnica mencionada por Ava Patrícia Lima Moraes. A relatora esclareceu que o voto é favorável à aprovação integral da realocação, sendo a correção apenas um ajuste procedimental. Em seguida, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros

presentes, incluindo Albanira Cordeiro, Sueidy Araújo e Maria do Socorro de Almeida Andrade.

Encerramento e Procedimentos Administrativos: Rondinelli Pereira declarou encerrada a reunião e solicitou que a equipe, representada por Poliana, avise no grupo de comunicação assim que as atas da reunião de ontem e das duas reuniões do dia estiverem disponíveis para assinatura.

2. ENCAMINHAMENTOS / AÇÕES

- **Retificação da Nota Técnica (Unidade Técnica):** Realizar a correção dos erros materiais apontados sobre datas e classificação de valores entre os fundos, o que deve ser feito antes da execução da movimentação financeira.
- **Comunicação sobre as Atas (secretaria):** Notificar o grupo de mensagens assim que as atas (a da reunião anterior e as das duas reuniões do dia) estiverem liberadas para a assinatura dos conselheiros.
- **Execução da Realocação Financeira (Setor Financeiro/Investimentos):** Efetivar a transferência do montante de R\$ 383.395.134,42 (posição estimada de 31/07/2026) decorrente do encerramento dos fundos "Vértice 2026" para os fundos de destino "Vértice 2028" (BB Previdenciário Renda Fixa Títulos Públicos Vértice Especial 2028 e Caixa Brasil Especial 2028 Títulos Públicos).
- **Observância das Condicionantes Aprovadas:** Garantir, durante toda a operação de realocação, a manutenção estrita da segregação dos recursos pertencentes aos planos financeiro e previdenciário, bem como o respeito absoluto aos limites estabelecidos pela Resolução CMN 5272/2025.

3. ENCERRAMENTO

Após a leitura do votos e a manifestação dos conselheiros presentes, a reunião foi encerrada. Sem mais para o momento, eu, Poliana Araújo Soares, na qualidade de Secretária deste Conselho, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Rondinelli Santos de Matos Pereira, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 19/08/2026, às 17:20, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ava Patrícia Lima Moraes, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 19/08/2026, às 17:29, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Sueidy Araújo Barbosa, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 19/08/2026, às 17:35, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 19/08/2026, às 17:48, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Albanira Cordeiro de Araújo, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 19/08/2026, às 20:03, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Araujo Soares, Secretária do Conselho Estadual de Previdência - CEP**, em 19/08/2026, às 20:07, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador 23795421 e o código CRC 7875CBEF.

Rua João Evangelista Pereira de Melo, 228 - Aparecida - CEP: 69.306-353
- <https://www.iper.rr.gov.br>

15301.000425/2026.49

23795421v1



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE
ATA DA 636ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA E HORA: 13 de agosto de 2026, às 15h

LOCAL: Reunião por Videoconferência (Google Meet)

PRESENÇA

CONSELHEIROS:

- Rondinelli Santos de Matos Pereira (Presidente interino);
- Albanira Cordeiro de Araújo;
- Ava Patrícia Lima Moraes;
- Sueidy Araújo Barbosa;
- Maria do Socorro de Almeida.

SECRETÁRIA:

- Poliana Araújo Soares

AUSÊNCIAS: Leandro Barbosa de Almeida (Presidente eleito - Licenciado).

1. PAUTA (S)

Abertura da Reunião e Verificação de Quórum: A reunião foi iniciada por Rondinelli Santos de Matos Pereira, que confirmou a presença inicial de Poliana Araújo Soares, Ava Patrícia Lima Moraes, Maria do Socorro de Almeida Andrade e Sueidy Araújo Barbosa. Após o período de tolerância de dez minutos para a entrada de Albanira Cordeiro de Araújo, foi atingido o quórum necessário para o início da análise da pauta, referente à relatoria de processo recebido no dia anterior.

Alteração da Relatoria do Processo: Maria do Socorro de Almeida Andrade solicitou a alteração da ordem de relatoria em razão do acúmulo de demandas de trabalho. Ava Patrícia Lima Moraes voluntariou-se para assumir a relatoria do processo em substituição à conselheira Maria do Socorro de Almeida Andrade, proposta que foi aceita pelos demais participantes. Ficou estabelecido, ainda, que o próximo processo será automaticamente atribuído à responsabilidade de Maria do Socorro de Almeida Andrade.

Análise da Documentação Técnica: Durante a reunião, Albanira Cordeiro de Araújo questionou a integridade e a disponibilidade dos documentos técnicos mencionados no processo, especialmente quanto à existência de nota técnica específica. Foi registrada a necessidade de confirmar se a referida nota técnica e os demais anexos estão disponíveis para consulta e análise dos conselheiros.

Agendamento das Reuniões Subsequentes: Rondinelli Santos de Matos Pereira determinou que a votação do processo deveria ocorrer no dia seguinte. Para tanto, foi acordada a realização de reunião com a DINAR às 14h30 e, em seguida, a abertura de uma segunda reunião tão logo finalize a primeira, destinada à deliberação do processo. Ava Patrícia Lima Moraes comprometeu-se a concluir a análise do processo durante a noite, a fim de viabilizar o envio do material na manhã seguinte e preparar a reunião de deliberação.

2. ENCAMINHAMENTOS / AÇÕES

Conclusão da análise do processo (Ava Patrícia Lima Moraes): Finalizar a análise do processo, para envio na manhã do dia seguinte e preparação da deliberação.

Agendamento das reuniões (Secretaria): Organizar as duas reuniões previstas para o dia seguinte, sendo a primeira com a DINAR, às 14h30, e a segunda, por volta das 15h, para a deliberação do processo.

Verificação da documentação técnica (Albanira Cordeiro de Araújo e Ava Patrícia Lima Moraes): Confirmar a disponibilidade da nota técnica mencionada no processo e dos demais anexos necessários à análise.

Apoio da Secretaria (Poliana Araújo Soares): Adotar as providências administrativas adicionais necessárias para localização, disponibilização ou complementação da documentação técnica, caso solicitado pelas conselheiras responsáveis.

3. ENCERRAMENTO

Após a definição da relatoria, o encaminhamento da análise do processo, o registro da necessidade de conferência da documentação técnica e o agendamento das reuniões subsequentes, a reunião foi encerrada. Sem mais para o momento, eu, Poliana Araújo Soares, na qualidade de Secretária deste Conselho, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Rondinelli Santos de Matos Pereira, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 25/08/2026, às 10:34, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Sueidy Araújo Barbosa, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 26/08/2026, às 12:37, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 26/08/2026, às 14:40, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ava Patrícia Lima Moraes, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 28/08/2026, às 09:36, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Albanira Cordeiro de Araújo, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 08/09/2026, às 05:49, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Araujo Soares, Secretária do Conselho Estadual de Previdência - CEP**, em 11/09/2026, às 11:46, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador 23898927 e o código CRC 0643B5A4.

Rua João Evangelista Pereira de Melo, 228 - Aparecida - CEP: 69.306-353
- <https://www.iper.rr.gov.br>



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE
ATA DA 637ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA E HORA: 25 de agosto de 2026, às 15h

LOCAL: Reunião por Videoconferência (Google Meet)

PRESENÇA

CONSELHEIROS:

- Rondinelli Santos de Matos Pereira (Presidente interino);
- Albanira Cordeiro de Araújo;
- Ava Patrícia Lima Moraes;
- Sueidy Araújo Barbosa;
- Maria do Socorro de Almeida.

CONVIDADOS – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL / CAIXA ASSET: Carla Lima da Silva, gerente executiva da Caixa Asset; Natália, integrante da equipe da Caixa Asset; Denivaldo, representante da agência da Caixa Econômica Federal; João Bosco Costa Lima Penha Filho, representante da Superintendência Executiva de Governo da Caixa Econômica Federal.

SECRETÁRIA:

- Poliana Araújo Soares

AUSÊNCIAS: Leandro Barbosa de Almeida (Presidente eleito - Licenciado).

1. PAUTA

Abertura da Reunião e Verificação de Quórum A reunião foi iniciada após a verificação de quórum.

Reunião institucional com representantes da Caixa Econômica Federal e da Caixa Asset para apresentação de panorama do mercado financeiro, cenário macroeconômico, informações sobre a carteira de investimentos do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, desempenho das aplicações e alternativas de investimento consideradas compatíveis com o cenário econômico, o perfil da carteira e a busca pela meta atuarial.

2. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

2.1. Abertura e apresentação dos representantes da Caixa

A reunião foi iniciada pelo Conselho Estadual de Previdência, com a participação dos conselheiros presentes e da Secretaria do Conselho. Na sequência, Carla Lima da Silva apresentou-se como gerente executiva da Caixa Asset, unidade da Caixa Econômica Federal voltada à gestão de fundos de investimento, sediada em São Paulo, informando que Natália integra sua equipe e atua nas atividades negociais e operacionais.

Foi explicado que o relacionamento com os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS ocorre por meio de diferentes unidades da Caixa, incluindo a agência, a Superintendência Executiva de Governo e a Caixa Asset, esta última com atuação especialmente relacionada aos fundos de investimento. A representante colocou a equipe à disposição do Conselho para prestar informações sempre que necessário.

2.2. Panorama de mercado e novo cenário regulatório

A representante da Caixa Asset informou que a apresentação abrangeria o novo cenário dos investimentos dos regimes próprios, aspectos do arcabouço regulatório, panorama econômico, possibilidades de composição de carteira, situação das aplicações do IPER e alternativas de alocação.

Durante a exposição, foram apresentadas informações sobre a Resolução CMN nº 5.272, publicada em

18 de dezembro de 2025 e com vigência iniciada em 2 de fevereiro de 2026, conforme mencionado pela representante da Caixa. Destacou-se que, sob a nova dinâmica regulatória, a análise de investimentos pelos RPPS deve considerar, entre outros aspectos, o nível de Pró-Gestão exigido para cada modalidade de aplicação.

Também foi ressaltado que a nova regulamentação demandou adaptações por parte dos gestores e administradores de fundos de investimento, inclusive quanto à adequação dos produtos ofertados ao segmento dos RPPS.

2.3. Cenário macroeconômico apresentado

A Caixa Asset apresentou considerações sobre os principais fatores que, segundo sua análise, influenciam o cenário econômico e os investimentos, com destaque para a geopolítica, os conflitos internacionais, a guerra tarifária, a oscilação do preço do petróleo, as expectativas de inflação, a taxa básica de juros, possíveis efeitos climáticos sobre os preços dos alimentos e a proximidade do processo eleitoral.

Foi explicado que acontecimentos geopolíticos podem produzir impactos sobre o preço internacional do petróleo, com possíveis reflexos nas expectativas de inflação. A representante também destacou que alterações nas expectativas inflacionárias influenciam a condução da política monetária e, consequentemente, o comportamento das taxas de juros.

No tocante às projeções apresentadas, a Caixa informou que trabalhava, naquele momento, com estimativas de inflação medida pelo IPCA de aproximadamente 5% para 2026, 4,71% para 2027 e 4,01% para 2028. Quanto à taxa Selic, foi apresentada a perspectiva de manutenção em patamar elevado, próximo de 14%, com possibilidade alternativa de encerramento do período em aproximadamente 13,75%, ressaltando-se que as projeções constituíam estimativas sujeitas a alterações conforme a evolução do cenário econômico.

A representante relacionou esse ambiente de inflação e juros às necessidades dos RPPS, destacando a importância do acompanhamento da meta atuarial e da avaliação dos riscos e oportunidades de alocação. Segundo a exposição, em cenários de incerteza, estratégias de renda fixa e posições mais conservadoras podem assumir maior relevância na composição da carteira.

2.4. Informações sobre a carteira de investimentos do IPER

Na sequência, foram apresentadas informações sobre a carteira de investimentos do IPER, com agrupamento dos ativos segundo seus respectivos indicadores e segmentos de aplicação. Conforme os dados exibidos pela Caixa Asset, a carteira analisada apresentava concentração relevante em operações referenciadas ao CDI, em títulos indexados à inflação, em títulos públicos e em fundos de renda fixa, além de participação em renda variável e outros fundos.

A representante informou que, no recorte das aplicações mantidas na Caixa, havia participação relevante em fundos referenciados a títulos públicos indexados à inflação, fundos CDI e fundos de vértice. Também foi mencionado que dois fundos com vencimento em agosto de 2026 haviam vencido no dia 15 daquele mês, envolvendo recursos aproximados de R\$ 150.000.000,00, cuja realocação estaria sendo analisada pelo IPER e pelo Comitê de Investimentos.

Quanto ao desempenho, a Caixa Asset apresentou comparações entre os resultados dos principais indicadores da carteira, o CDI, índices de renda variável e referências de meta atuarial, em janelas de análise no ano, em 12 meses e em 24 meses. Segundo a exposição realizada, os resultados apresentados indicavam desempenho superior às referências de meta atuarial utilizadas na apresentação, inclusive em períodos mais longos.

A representante ressaltou, contudo, que os resultados passados não constituem garantia de resultados futuros, tendo a análise sido apresentada como subsídio para a avaliação do comportamento da carteira e das possibilidades de alocação.

2.5. Alternativas de investimento apresentadas

Considerando o cenário de juros elevados, as incertezas internas e externas e a necessidade de busca da meta atuarial, a Caixa Asset informou que suas principais convicções naquele momento estavam concentradas em estratégias de renda fixa, sem afastar a possibilidade de manutenção de posições em renda variável em proporção compatível com o perfil da carteira e com a política de investimentos.

Foram apresentadas, em especial, as seguintes alternativas:

a) Fundos de vértice: estratégias compostas por títulos públicos indexados à inflação, com vencimentos determinados e possibilidade de escalonamento dos prazos. A representante destacou que as taxas indicativas apresentadas para determinados vencimentos estavam acima da referência de IPCA mais 6%, podendo, segundo a exposição, proporcionar retorno superior à meta atuarial até o vencimento, sujeito às condições de mercado e às características de cada produto.

b) Fundos de vértice com e sem pagamento de cupom: foi explicada a existência de fundos com pagamento periódico de cupons e de fundos sem cupom, nos quais o resgate ocorre ao final do prazo, conforme as regras do produto. A Caixa informou que ambas as alternativas estavam disponíveis em seu portfólio, cabendo ao investidor avaliar a conveniência de cada estrutura.

c) Caixa Top Private: foi apresentado como fundo referenciado ao CDI, com liquidez elevada, baixa volatilidade e taxa de administração informada de 0,15% ao ano. A representante informou que o produto poderia buscar desempenho superior ao CDI e que sua composição envolveria predominantemente títulos públicos, além de parcela de crédito bancário classificada como de baixo risco, observados os limites e as regras aplicáveis.

d) Caixa Topázio: foi apresentado como fundo composto integralmente por títulos públicos, com busca de acompanhamento do CDI, liquidez elevada e taxa de administração informada de 0,10% ao ano. A representante destacou a característica de risco soberano e a ausência de exigência de

nível específico de Pró-Gestão, conforme informado durante a reunião.

A Caixa Asset esclareceu que as alternativas foram apresentadas como possibilidades a serem consideradas pelo IPER e por seus órgãos competentes, não constituindo deliberação ou recomendação vinculante do Conselho Estadual de Previdência.

2.6. Esclarecimentos e manifestações dos conselheiros

Após a apresentação, os conselheiros manifestaram agradecimento pela exposição e destacaram a importância do acesso a informações atualizadas para o exercício da função de acompanhamento e fiscalização do Conselho.

Rondinelli Santos de Matos Pereira registrou que a apresentação foi esclarecedora e considerou relevante a criação de uma comunidade da Caixa em aplicativo de mensagens, destinada à divulgação de informações sobre investimentos. A representante da Caixa informou que os interessados poderiam ingressar no grupo mediante leitura do código de acesso apresentado na reunião.

Albanira Cordeiro de Araújo manifestou interesse em acompanhar a evolução das taxas de juros e observou a necessidade de atualização contínua dos conselheiros para o adequado exercício da fiscalização. Em resposta, Carla Lima da Silva explicou que as projeções de juros haviam sido revisadas em razão das alterações no cenário internacional e da elevação das incertezas econômicas.

Também foi discutida a conveniência de realização periódica de reuniões com a Caixa. A representante sugeriu, como possibilidade, encontros a cada três meses, sem prejuízo da realização de reuniões extraordinárias quando houver alterações relevantes no cenário econômico ou necessidade de apresentação de novas estratégias. Os participantes concordaram que a periodicidade poderia ser avaliada posteriormente pelo Conselho.

2. ENCAMINHAMENTOS / AÇÕES

Apresentação do material: A Caixa Asset ficou de encaminhar ao IPER e ao Conselho o material apresentado na reunião, em formato digital, para conhecimento e eventual utilização como subsídio às análises internas.

Avaliação das alternativas de investimento: O IPER e o Comitê de Investimentos poderão avaliar, no âmbito de suas competências, as alternativas apresentadas pela Caixa Asset, considerando a política de investimentos, a regulamentação aplicável, o nível de Pró-Gestão, a liquidez necessária e a meta atuarial.

Acompanhamento do cenário econômico: O Conselho e os órgãos técnicos do IPER deverão continuar acompanhando a evolução das taxas de juros, da inflação, do cenário geopolítico e dos demais fatores apresentados, reconhecendo-se que as projeções podem sofrer alterações.

Grupo de informações da Caixa: Os conselheiros interessados poderão ingressar na comunidade de comunicação da Caixa apresentada durante a reunião, destinada à divulgação de conteúdos relacionados ao mercado e às decisões de investimento.

Reuniões futuras: A Secretaria poderá avaliar, em conjunto com a Caixa e com os órgãos internos do IPER, a realização de novas reuniões periódicas, preferencialmente em intervalo aproximado de três meses ou em prazo menor caso ocorram alterações relevantes no cenário econômico.

3. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CEP agradeceu a participação dos representantes da Caixa Econômica Federal e dos conselheiros presentes, destacando a importância da reunião para o acompanhamento das informações relacionadas aos investimentos do IPER.

Sem mais para o momento, eu, Poliana Araújo Soares, na qualidade de Secretária do Conselho Estadual de Previdência, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e assinatura dos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 26/08/2026, às 14:40, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rondinelli Santos de Matos Pereira, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 26/08/2026, às 17:36, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Sueidy Araújo Barbosa, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 27/08/2026, às 11:18, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ava Patrícia Lima Moraes, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 28/08/2026, às 09:36, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Araujo Soares**,
Secretária do Conselho Estadual de Previdência - CEP, em
11/09/2026, às 11:42, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº
27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Albanira Cordeiro de Araújo**, **Membro Suplente do Conselho Estadual de Previdência**, em
11/09/2026, às 12:26, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº
27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço
<https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador
23930135 e o código CRC 31C7DD3E.



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE
ATA DA 638ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA E HORA: 26 de agosto de 2026, às 15h

LOCAL: Reunião por Videoconferência (Google Meet)

PRESENÇA

CONSELHEIROS:

- Rondinelli Santos de Matos Pereira (Presidente interino);
- Albanira Cordeiro de Araújo;
- Ava Patrícia Lima Moraes;
- Sueidy Araújo Barbosa;
- Maria do Socorro de Almeida.

CONVIDADOS – DIPREV/IPER: Rodrigo Alves, Diretor de Previdência;
Natasha Cauper Ruiz, futura Diretora de Previdência.

SECRETÁRIA:

- Poliana Araújo Soares

AUSÊNCIAS: Leandro Barbosa de Almeida (Presidente eleito - Licenciado).

1. PAUTA

Reunião do Conselho Estadual de Previdência para acompanhamento da gestão previdenciária, análise de indicadores operacionais, formalização da transição da Diretoria de Previdência, avaliação das medidas relacionadas às pessoas com deficiência, apreciação da reforma previdenciária e definição de encaminhamentos para a nova gestão.

2. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

2.1. Abertura e verificação de quórum

A reunião foi iniciada por Rondinelli Santos de Matos Pereira, que confirmou a existência de quórum e registrou a participação dos conselheiros, da Secretaria do Conselho e dos convidados Rodrigo Alves, Diretor de Previdência, e Natasha Cauper Ruiz, indicada para sucedê-lo na função.

2.2. Transição da Diretoria de Previdência

Foi formalizada a transição administrativa da Diretoria de Previdência. Rodrigo Alves informou que permaneceria à frente da Diretoria até 31 de agosto de 2026, sendo sucedido por Natasha Cauper Ruiz a partir de setembro de 2026. Registrou-se que Natasha participou da reunião como ouvinte, para acompanhamento dos assuntos em andamento e da continuidade das atividades administrativas.

2.3. Dados da folha de benefícios e processos do segundo trimestre

Foram apresentados dados referentes à folha de benefícios do mês de julho e aos processos analisados no segundo trimestre. Conforme informado na reunião, o RPPS contabilizava 302 beneficiários civis. No detalhamento por fundo, foram mencionadas 1.951 aposentadorias e 541 pensões no fundo financeiro, bem como 289 aposentadorias e 241 pensões no fundo previdenciário. Considerando a divergência aparente entre o número total informado e o detalhamento apresentado, recomenda-se a conferência dos dados nos registros oficiais antes da aprovação definitiva desta ata.

No segundo trimestre, foram processadas 190 concessões e revisões, correspondentes à média aproximada de 63 processos por mês. Desse total, foram mencionadas 125 implantações de aposentadoria, 34 implantações de pensão, 15 revisões de aposentadoria e 16 revisões de pensão.

2.4. Avaliação biopsicossocial das pessoas com deficiência

Foi informado que, para atender às exigências constitucionais e ao Decreto nº 39.213, foi instituída junta multiprofissional destinada à realização das avaliações biopsicossociais, conforme a Portaria nº 748, de 17 de julho de 2026. A equipe conta com médicos peritos, psicóloga e assistente social, com apoio de profissionais cedidos pela SEGAD.

A equipe de perícia realizou visita técnica ao Estado de São Paulo para capacitação no preenchimento do Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria – IFBRA, adotado pelo Instituto. Também foi informado que já se encontra disponível manual de procedimentos operacionais para orientar a realização das avaliações.

A primeira avaliação biopsicossocial ocorreu em 25 de julho de 2026. Foi estabelecida a meta de realização de quatro perícias por semana, com o objetivo de reduzir a demanda represada, estimada em aproximadamente 60 processos.

2.5. Curso de inclusão para pessoas idosas

Foi informado que, em parceria com a Universidade Estadual de Roraima – UERR, foi implementado curso destinado a pessoas com 60 anos ou mais, com carga horária de 80 horas, distribuída nos eixos de arteterapia, estimulação cognitiva e inclusão digital. Registrou-se a adesão de 15 aposentados do Instituto.

2.6. Reforma previdenciária, Pró-Regularidade e previdência complementar

Foi informado que o Instituto aderiu ao programa Pró-Regularidade RPPS e que há prazo até 10 de dezembro de 2026 para aprovação legislativa do pacote de medidas previdenciárias. O conjunto de providências inclui a revisão da reforma previdenciária ampla, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019.

Registrou-se que comissão interna está revisando a minuta da reforma e documentando os ajustes necessários em nota técnica. Entre os pontos mencionados estão a adequação dos limites constitucionais de idade, as regras aplicáveis ao magistério, os critérios relativos às pessoas com deficiência e o cálculo dos benefícios pela média de 100% dos salários de contribuição.

Também foi informado que tramitam projetos legislativos destinados a limitar o rol de benefícios e a instituir o regime de previdência complementar. Quanto a este último, foram mencionadas emendas parlamentares que tratam da inclusão de deputados estaduais no rol de beneficiários, da submissão da escolha da entidade gestora ao Conselho Estadual de Previdência, da aplicação do teto do RGPS e da retirada da obrigatoriedade de migração no prazo de 180 dias.

2.7. Recuperação de recursos e planejamento da nova gestão

Foram discutidas novas normativas para regularizar operações administrativas, especialmente os procedimentos destinados à recuperação de valores de benefícios pagos indevidamente após o óbito de segurados. O tema foi relacionado a apontamentos decorrentes de reunião com o Tribunal de Contas do Estado.

Natasha Cauper Ruiz destacou que a nova gestão, além de dar continuidade à reforma previdenciária, deverá priorizar a adoção de procedimentos judiciais ou administrativos para reaver valores depositados em contas judiciais de espólio e outros recursos cuja recuperação foi apontada pelo Tribunal de Contas.

2.8. Manifestações finais

Ao final, Rondinelli Santos de Matos Pereira agradeceu o trabalho desenvolvido por Rodrigo Alves à frente da Diretoria de Previdência e deu as boas-vindas a Natasha Cauper Ruiz, desejando continuidade às iniciativas em andamento. Os demais participantes também manifestaram agradecimento e apoio à continuidade dos trabalhos.

2. ENCAMINHAMENTOS / AÇÕES

Finalização da reforma previdenciária: Rodrigo Alves e Natasha Cauper Ruiz deverão finalizar a minuta da reforma da previdência e submetê-la à análise da Consultoria Jurídica e do Conselho Estadual de Previdência.

Recuperação de valores: Rodrigo Alves e Natasha Cauper Ruiz deverão desenvolver procedimentos judiciais ou administrativos destinados à recuperação de valores de benefícios pagos indevidamente após o óbito de segurados, inclusive aqueles relacionados a contas judiciais de espólio.

Envio de documento: Rodrigo Alves deverá encaminhar à Secretária do Conselho o documento relativo ao curso oferecido pela Universidade Estadual de Roraima.

Retomada da pauta legislativa: O grupo deverá retomar a pauta legislativa para aprovação do pacote de medidas previdenciárias e do regime de previdência complementar até 10 de dezembro de 2026.

Conferência dos dados da folha: A unidade responsável deverá conferir os números da folha de benefícios apresentados na reunião, especialmente a compatibilidade entre o total informado de beneficiários civis e o detalhamento por fundo, para eventual correção antes da aprovação final da ata.

3. ENCERRAMENTO

Após o registro da transição da Diretoria de Previdência, da análise dos indicadores operacionais, das providências relativas às avaliações biopsicossociais, do acompanhamento da reforma previdenciária e da definição dos encaminhamentos para a nova gestão, a reunião foi encerrada.

Sem mais para o momento, eu, Poliana Araújo Soares, na qualidade de Secretária do Conselho Estadual de Previdência, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e assinatura dos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Albanira Cordeiro de Araújo, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 27/08/2026, às 15:26, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 27/08/2026, às 15:50, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ava Patrícia Lima Moraes, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 28/08/2026, às 09:37, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rondinelli Santos de Matos Pereira, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 28/08/2026, às 11:45, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Araujo Soares, Secretária do Conselho Estadual de Previdência - CEP**, em 03/09/2026, às 14:08, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Sueidy Araújo Barbosa, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 04/09/2026, às 12:53, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador 23956571 e o código CRC 1E179BFE.



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE
ATA DA 639ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA E HORA: 27 de agosto de 2026, às 15h

LOCAL: Reunião por Videoconferência (Google Meet)

PRESENÇA

CONSELHEIROS:

- Rondinelli Santos de Matos Pereira (Presidente interino);
- Albanira Cordeiro de Araújo;
- Ava Patrícia Lima Moraes;
- Sueidy Araújo Barbosa;
- Maria do Socorro de Almeida.

PARTICIPAÇÃO/COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COINVEST:

- BRUNO CONTI SEQUEIRA LEITE E SILVA Presidente
- KELVEM MÁRCIO MELO DE ALMEIDA Membro
- PATRIK COELHO DE OLIVEIRA Membro
- SISSI MARIA PASSELLI TEROSSI Membro
- JAIRO PEREIRA DA SILVA Secretário

SECRETÁRIA:

- Poliana Araújo Soares

AUSÊNCIAS: Leandro Barbosa de Almeida (Presidente eleito - Licenciado).

1. PAUTA

Reunião ordinária conjunta do Conselho Estadual de Previdência – CEP e do Comitê de Investimentos – Coinvest, destinada à apresentação e análise dos resultados da carteira de investimentos dos servidores civis, referente ao mês de julho de 2026, incluindo rentabilidade, patrimônio, alocação por classe de ativos, aderência regulatória, distribuição por gestores, liquidez, principais posições e títulos públicos marcados na curva.

2. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

2.1. Abertura e verificação de quórum

A reunião foi conduzida por Rondinelli Santos de Matos Pereira, com o apoio da Secretária Poliana Araújo Soares, tendo sido confirmada a existência de quórum do Conselho Estadual de Previdência e do Comitê de Investimentos. Bruno Conti Silva deu as boas-vindas aos participantes e passou a palavra a Patrik Coelho de Oliveira, relator da matéria, para apresentação dos resultados mensais da carteira.

2.1. Abertura e verificação de quórum

A reunião foi iniciada por Rondinelli Santos de Matos Pereira, que confirmou a existência de quórum e registrou a participação dos conselheiros, da Secretaria do Conselho e dos convidados Rodrigo Alves, Diretor de Previdência, e Natasha Cauper Ruiz, indicada para sucedê-lo na função.

2.2. Sumário executivo e rentabilidade da carteira

Patrik Coelho de Oliveira apresentou o resumo executivo da carteira de investimentos dos servidores civis, referente ao mês de julho de 2026. Conforme os dados apresentados, o patrimônio total alcançou R\$ 7.825.062.322,75.

A rentabilidade mensal foi de 1,14%, superando a meta atuarial de 0,54% em 0,60 ponto percentual. A rentabilidade acumulada atingiu 7,74%, ficando 0,87 ponto percentual acima da meta anual

indicada na apresentação.

A carteira permaneceu concentrada em renda fixa, com elevada liquidez. O Índice de Valor em Risco – VaR informado foi de 0,15%, apontando baixo nível de risco, segundo os dados apresentados pelo relator.

2.3. Cenário econômico e alocação por classe de ativos

Na sequência, foi apresentado o cenário macroeconômico referente ao mês de julho de 2026, com destaque para o PMI composto de 48,8, o IPCA mensal de 0,707%, a manutenção da taxa Selic em 14%, a taxa de desocupação de 5,4% no trimestre encerrado em julho e o fluxo da B3 de R\$ 2,56 bilhões.

Foi informado que a desaceleração do IPCA, combinada com a manutenção de juros elevados, favoreceu estratégias conservadoras e posições em vértices curtos, com redução da volatilidade. Também foi mencionada a recuperação do Ibovespa no período.

Quanto à composição da carteira, foram apresentados os percentuais de 99,47% em renda fixa e 0,53% em renda variável, sem alocações em investimentos estruturados.

2.4. Aderência regulatória, gestores e liquidez

Patrik Coelho de Oliveira informou que as alocações estavam integralmente enquadradas na Resolução CMN nº 5.272/2025, conforme o seguinte detalhamento apresentado: 92,95% no art. 71; 6,36% no art. 73, correspondentes a títulos públicos adquiridos diretamente; 0,53% no art. 81, relativo à renda variável; 0,10% no art. 79; e 0,06% no art. 75.

Quanto à distribuição por gestores, foi informado que 71,50% dos recursos estavam alocados na BB Gestão, do Banco do Brasil, 22,04% na Caixa Econômica Federal e 6,36% em títulos públicos sem gestor.

No tocante à liquidez, 91,93% da carteira encontrava-se disponível no intervalo de zero a 30 dias, enquanto 7,42% estava alocada em posições com prazo superior a dois anos e 0,10% correspondia a fundos classificados como estressados.

2.5. Principais posições e títulos públicos marcados na curva

Foram apresentadas as principais posições da carteira no mês de julho de 2026. O CDI representava 42,62% da carteira, com rentabilidade de 1,20%. Também foram destacados os fundos Caixa IMA-B5 e BB IMA-B5, com rentabilidades indicadas entre 1,20% e 1,21%, além de posições em BB Alocação Ativa, BB IDK2, BB IRFM e Caixa Títulos Públicos Referenciados.

Quanto aos títulos públicos marcados na curva, foi informado que o valor atual totalizava R\$ 497.604.210,94, diante de valor de compra aproximado de R\$ 449.000.000,00. As posições eram compostas por Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B, com vencimentos entre 2045 e 2060, tendo gerado retorno mensal de R\$ 2.917.060,72 em julho de 2026.

2.6. Avaliação, monitoramento e manifestações

Ao final da exposição, Patrik Coelho de Oliveira recomendou o monitoramento dos fundos estressados e a avaliação da concentração da carteira em poucos benchmarks e gestores, com base no relatório de investimentos do IPER referente a julho e no panorama econômico de agosto.

Bruno Conti Silva colocou o Comitê de Investimentos à disposição para os esclarecimentos necessários. Rondinelli Santos de Matos Pereira destacou a importância da periodicidade das reuniões do Coninvest. Albanira Cordeiro de Araújo e Sueidy Araújo Barbosa manifestaram-se favoravelmente à apresentação, que foi considerada satisfatória pelo Conselho.

2. ENCAMINHAMENTOS / AÇÕES

Monitoramento dos fundos estressados: O Comitê de Investimentos deverá acompanhar a evolução dos fundos classificados como estressados e apresentar atualizações ao Conselho quando necessário.

Avaliação da concentração: O Comitê de Investimentos deverá avaliar a concentração da carteira em benchmarks e gestores, considerando os limites regulamentares, a política de investimentos, a liquidez e a diversificação dos riscos.

Acompanhamento da aderência regulatória: Deverá ser mantido o acompanhamento do enquadramento da carteira na Resolução CMN nº 5.272/2025, com atualização periódica dos percentuais de alocação.

Registro da apresentação: Fica registrada a apresentação dos resultados da carteira de investimentos dos servidores civis, referente a julho de 2026, considerada satisfatória pelos participantes presentes.

3. ENCERRAMENTO

Após a apresentação dos resultados financeiros, da situação regulatória, da distribuição dos recursos, das principais posições e das recomendações de monitoramento, a reunião foi encerrada.

Sem mais para o momento, eu, Poliana Araújo Soares, na qualidade de Secretária do Conselho

Estadual de Previdência, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e assinatura dos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Ava Patrícia Lima Moraes, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 03/09/2026, às 09:31, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Sueidy Araújo Barbosa, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 03/09/2026, às 10:09, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rondinelli Santos de Matos Pereira, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 03/09/2026, às 14:54, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Araujo Soares, Secretária do Conselho Estadual de Previdência - CEP**, em 11/09/2026, às 11:36, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 11/09/2026, às 12:04, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Albanira Cordeiro de Araújo, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 11/09/2026, às 12:16, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador 23975763 e o código CRC F823F286.



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE
ATA DA 640ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA E HORA: 28 de agosto de 2026, às 15h25

LOCAL: Reunião por Videoconferência (Google Meet)

PRESENÇA

CONSELHEIROS:

- Rondinelli Santos de Matos Pereira (Presidente interino);
- Ava Patrícia Lima Moraes;
- Sueidy Araújo Barbosa;
- Maria do Socorro de Almeida.

PARTICIPAÇÃO/CONVIDADO: Wemerson Batista Silva, Diretor de Investimento e Arrecadação – DINAR.

SECRETÁRIA:

- Poliana Araújo Soares

AUSÊNCIAS: Leandro Barbosa de Almeida (Presidente eleito - Licenciado).

1. PAUTA

Reunião do Conselho Estadual de Previdência para apresentação do panorama da Diretoria de Investimento e Arrecadação, análise da carteira de investimentos, acompanhamento da arrecadação previdenciária, situação dos parcelamentos de débitos, regularidade previdenciária, certificação dos conselheiros, estratégias de gestão da carteira e definição de encaminhamentos.

2. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

2.1. Abertura e verificação de quórum

A reunião foi iniciada por Rondinelli Santos de Matos Pereira, que confirmou a existência de quórum, com o apoio de Sueidy Araújo Barbosa e Maria do Socorro de Almeida. Na sequência, foi recepcionado Wemerson Batista Silva, Diretor de Investimento e Arrecadação.

O Presidente esclareceu que o objetivo principal do encontro era apresentar um panorama geral das atividades da Diretoria de Investimento e Arrecadação às conselheiras recém-incorporadas, bem como proporcionar maior conhecimento sobre as ações desenvolvidas pela Diretoria e o acompanhamento da gestão pelo Conselho.

2.2. Panorama da carteira de investimentos

Wemerson Batista Silva apresentou os investimentos do Instituto por meio de painéis interativos disponibilizados no novo sítio institucional. Conforme os dados apresentados, os ativos consolidados alcançaram aproximadamente R\$ 8.461.000.000,00.

Foi informado que cerca de 93% da carteira estava concentrada em renda fixa e aproximadamente 5% em títulos públicos federais. Foram mencionadas, entre as principais instituições custodiante ou relacionadas às aplicações, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Tesouro Nacional.

Segundo os dados apresentados, a rentabilidade da carteira correspondia a aproximadamente 113% da meta atuarial estabelecida, resultado considerado positivo no período analisado.

2.3. Painel de arrecadação previdenciária

Na sequência, foi demonstrado o painel de arrecadação previdenciária. Conforme informado, a arrecadação acumulada no ano, até o mês de julho, alcançava aproximadamente R\$ 370.000.000,00, com crescimento mensal de 3,1%.

Também foi informado que o quadro contava com 19.097 servidores ativos, distribuídos em 16 órgãos. Foram ainda apresentados dados relativos a inativos e militares, tendo sido apontados como principais entes contribuintes o Governo do Estado, a Secretaria de Estado da Administração – CESAD, a Polícia Militar e o Tribunal de Justiça.

2.4. Parcelamento dos débitos previdenciários do Estado

Wemerson Batista Silva comunicou a conclusão do parcelamento de débitos previdenciários acumulados em gestões anteriores, com fundamento na Emenda nº 136/2025, prevendo a divisão do débito em até 300 parcelas.

Foi explicado que, após o início da gestão ao final de maio, os trâmites administrativos foram acelerados, resultando na aprovação da lei estadual em 2 de julho de 2025 e na formalização de 18 acordos de parcelamento assinados pela Chefia do Poder Executivo Estadual e pela Presidência do Instituto.

Como etapas subsequentes, foram mencionadas a publicação oficial dos acordos, a vinculação bancária ao Fundo de Participação dos Estados – FPE e o encaminhamento da documentação à Secretaria de Previdência. Também foi indicado o vencimento da primeira parcela para 10 de outubro de 2025.

2.5. Exigências para a manutenção do parcelamento especial

Foi informado que a Secretaria de Previdência condicionaria a aprovação definitiva dos acordos de parcelamento à implementação de duas reformas estaduais: a instituição do regime de previdência complementar – RPC e a reforma da previdência.

Durante a reunião, foi mencionada a data de 10 de dezembro de 2025 como prazo para a aprovação legislativa das medidas. Considerando que a presente reunião ocorreu em 28 de agosto de 2026, deverá ser conferida a exatidão das datas, dos prazos e da situação atual dos acordos antes da aprovação definitiva desta ata.

2.6. Situação do Certificado de Regularidade Previdenciária

O Diretor abordou a situação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, mencionando o vencimento do certificado obtido judicialmente em 5 de setembro de 2025 e a intenção de transição para certificado administrativo emergencial disponibilizado pela Secretaria de Previdência, destinado ao tratamento de inconsistências estaduais.

Foi esclarecido que a estratégia consideraria a possibilidade de reversão da decisão judicial que amparava o certificado anterior, à luz de entendimentos recentes dos tribunais superiores, conforme informado durante a reunião. A situação atual do certificado e as respectivas datas deverão ser confirmadas nos registros oficiais do Instituto e da Secretaria de Previdência.

2.7. Certificação dos integrantes do Conselho Deliberativo

Wemerson Batista Silva informou a existência de pendências relacionadas aos requisitos de certificação dos integrantes do Conselho Deliberativo para fins de regularidade previdenciária. Segundo a exposição, o Conselho Fiscal e o Comitê de Investimentos encontravam-se regulares, enquanto o Conselho Estadual de Previdência apresentava pendências, uma vez que apenas Sueidy Araújo Barbosa e Albanira Cordeiro de Araújo, dentre os seis membros, estariam certificadas.

Poliana Araújo Soares e Ava Patrícia Lima Moraes trataram das providências a serem adotadas junto a Anderson, fiscal do contrato, para inclusão de Ava Patrícia Lima Moraes e dos demais integrantes no curso de capacitação custeado pelo Instituto.

Foi ressaltada a necessidade de realização imediata da capacitação e da conclusão dos procedimentos de certificação, a fim de regularizar a situação do Conselho Deliberativo e contribuir para a conformidade institucional.

2.8. Estratégias futuras para a gestão da carteira

Wemerson Batista Silva apresentou projeções para a gestão dos investimentos no segundo semestre, mencionando taxa Selic próxima de 14%, inflação estimada em 4,5% e meta atuarial de 5,75%.

Também foi discutida a possibilidade de aquisição, em momento considerado oportuno, de títulos públicos federais, especialmente NTN-B, marcados na curva, com rentabilidade indicativa de IPCA mais 8% ao ano. A estratégia foi apresentada como alternativa a ser avaliada diante do cenário de possível queda dos juros e da busca por retornos compatíveis com a meta atuarial.

O Diretor informou que a possibilidade de aquisição direta deveria ser reavaliada à luz das restrições jurídicas anteriormente atribuídas à Assembleia Legislativa. Registrou-se a necessidade de análise específica da questão e de consulta à assessoria jurídica do Instituto antes de qualquer decisão ou operação.

2.9. Considerações finais

Rondinelli Santos de Matos Pereira agradeceu a Wemerson Batista Silva pela explanação técnica e destacou a importância do diálogo contínuo entre a Diretoria e o Conselho para o adequado acompanhamento das ações institucionais.

Sueidy Araújo Barbosa e Maria do Socorro de Almeida manifestaram satisfação com a clareza das informações apresentadas. Ava Patrícia Lima Moraes confirmou sua disponibilidade para realizar a capacitação necessária à regularização da certificação.

Também ficou alinhada a realização de reuniões periódicas entre o Conselho Estadual de Previdência e a Diretoria de Investimento e Arrecadação, com o objetivo de assegurar o alinhamento técnico e ampliar o conhecimento dos conselheiros sobre as ações da Diretoria.

2. ENCAMINHAMENTOS / AÇÕES

Orientação sobre certificação: Poliana Araújo Soares deverá fornecer às conselheiras Ava Patrícia Lima Moraes e Maria do Socorro de Almeida as instruções e o link do curso obrigatório de certificação.

Realização do curso: Ava Patrícia Lima Moraes deverá concluir o treinamento de certificação necessário à regularização do Conselho Deliberativo.

Análise da aquisição de títulos públicos: Wemerson Batista Silva deverá avaliar a existência de impedimento jurídico à aquisição direta de títulos públicos federais e consultar a assessoria jurídica do Instituto sobre a matéria.

Regularização da dívida previdenciária dos militares: Wemerson Batista Silva deverá elaborar o plano para o parcelamento da dívida previdenciária dos militares após o encerramento do processo de parcelamento especial.

Reuniões periódicas: O Conselho Estadual de Previdência e a Diretoria de Investimento e Arrecadação deverão organizar reuniões periódicas para manutenção do alinhamento técnico e acompanhamento das ações da Diretoria.

Conferência dos prazos e documentos: A unidade responsável deverá conferir, antes da aprovação definitiva desta ata, as datas relacionadas aos acordos de parcelamento, ao vencimento do CRP e às exigências para manutenção do parcelamento especial, especialmente diante das referências ao ano de 2025 constantes da apresentação.

3. ENCERRAMENTO

Após a apresentação do panorama da Diretoria de Investimento e Arrecadação, da carteira de investimentos, dos dados de arrecadação, dos parcelamentos previdenciários, da situação do CRP, das pendências de certificação e das estratégias futuras de gestão, a reunião foi encerrada.

Sem mais para o momento, eu, Poliana Araújo Soares, na qualidade de Secretária do Conselho Estadual de Previdência, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e assinatura dos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Rondinelli Santos de Matos Pereira, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 03/09/2026, às 14:53, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Albanira Cordeiro de Araújo, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 08/09/2026, às 15:41, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Araujo Soares, Secretária do Conselho Estadual de Previdência - CEP**, em 11/09/2026, às 11:35, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador 24053435 e o código CRC 9394740D.



Governo do Estado de Roraima
Instituto de Previdência do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ATA

CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA - CEPRE
ATA DA 641ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA E HORA: 31 de agosto de 2026, às 15h00

LOCAL: Reunião por Videoconferência (Google Meet)

PRESENÇA

CONSELHEIROS:

- Rondinelli Santos de Matos Pereira (Presidente interino);
- Ava Patrícia Lima Moraes;
- Sueidy Araújo Barbosa;
- Maria do Socorro de Almeida;
- Albanira Cordeiro de Araújo

CONVIDADOS – BANCO DO BRASIL: Representantes do Banco do Brasil e da BB DTVM / Setor Público:

- Lindonilson Jorge Teixeira - Gerente de Investimentos;
- Enéas Amon Marques Cardoso - Gerente Setor Público

SECRETÁRIA:

- Poliana Araújo Soares

AUSÊNCIAS: Leandro Barbosa de Almeida (Presidente eleito - Licenciado).

1. PAUTA

Reunião institucional para apresentação, por representantes do Banco do Brasil, de panorama macroeconômico nacional e internacional, análise da carteira de investimentos do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER, avaliação de desempenho, riscos e liquidez, além de propostas de estratégias e produtos de investimento para os recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

2. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO

2.1. Abertura e apresentação

A reunião foi realizada com a participação de representantes do Conselho Estadual de Previdência e do Banco do Brasil, tendo como objetivo apresentar informações técnicas sobre o cenário econômico e o comportamento dos mercados, bem como subsidiar a avaliação das estratégias de investimento adotadas para os recursos previdenciários.

Os representantes do Banco do Brasil esclareceram que os dados, projeções e alternativas apresentados correspondiam à análise da instituição sobre o ambiente econômico e financeiro, devendo eventual decisão de investimento observar a política de investimentos do IPER, a regulamentação aplicável, os limites de alocação e as competências dos órgãos responsáveis.

2.2. Cenário econômico internacional

Na primeira parte da apresentação, foram abordados fatores que influenciam o cenário econômico internacional, com destaque para a reescalada do conflito entre Estados Unidos e Irã, os riscos relacionados à oferta e ao transporte internacional de petróleo e os efeitos sobre a inflação e os juros das principais economias.

Foi informado que a elevação do preço do petróleo e as interrupções em rotas estratégicas, como o Estreito de Ormuz, poderiam ampliar o prêmio geopolítico da energia, favorecer empresas petrolíferas e commodities e, simultaneamente, gerar novas pressões inflacionárias. Também foi destacado que esse ambiente poderia penalizar títulos de prazo mais longo e elevar as expectativas de juros nas principais economias.

Quanto aos Estados Unidos, foram apresentadas considerações sobre o crescimento econômico abaixo do esperado, a permanência da inflação acima da meta e a manutenção dos juros pelo Federal Reserve em intervalo entre 3,5% e 3,75%, conforme os dados constantes da apresentação. A comunicação da autoridade monetária e as divergências quanto à condução da política de juros foram apontadas como fatores de incerteza para o mercado, com repercussões sobre os Treasuries de longo prazo e o dólar.

Também foi analisado o desempenho das empresas vinculadas à infraestrutura de inteligência artificial. Embora tenham sido registrados crescimento de receitas, lucros e investimentos, a apresentação destacou questionamentos quanto à sustentabilidade dos gastos e aos níveis de avaliação das empresas, o que teria contribuído para um comportamento mais seletivo dos investidores e para a retração do Nasdaq no período analisado.

2.3. Cenário econômico doméstico

Em relação ao Brasil, foram abordados os efeitos do ambiente internacional sobre a inflação, a atividade econômica, o mercado de trabalho, a taxa de juros e os ativos financeiros domésticos.

A apresentação registrou que o Comitê de Política Monetária havia reduzido a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,25% ao ano, no terceiro corte consecutivo, e que a comunicação do Banco Central assumira tom mais cauteloso, com avaliação de riscos inflacionários e possibilidade de interrupção do ciclo de redução dos juros.

Também foram apresentados dados relativos às expectativas de inflação, ao IPCA-15, ao crescimento do Produto Interno Bruto, ao desempenho do Ibovespa, ao fluxo de capital estrangeiro e à variação do real em relação ao dólar. Os representantes do Banco do Brasil ressaltaram que a combinação de juros elevados, inflação ainda pressionada e incertezas externas exigia seletividade na composição das carteiras.

A visão apresentada indicou redução da exposição a títulos indexados à inflação de prazo mais longo, manutenção de posição relevante em títulos prefixados de curto prazo e elevação da exposição à Bolsa brasileira, sempre como perspectiva de alocação sujeita à análise de risco, à política de investimentos e às condições de mercado.

2.4. Projeções e perspectivas apresentadas

Foram apresentadas projeções para inflação, juros, atividade econômica, câmbio e demais indicadores, com destaque para a expectativa de manutenção de juros em patamar elevado no curto prazo e posterior possibilidade de flexibilização monetária.

Os representantes ressaltaram que as projeções não constituem garantia de rentabilidade ou de resultados futuros, podendo ser alteradas por fatores econômicos, políticos, fiscais e internacionais. Foi enfatizada a importância de analisar diferentes cenários e de evitar decisões baseadas exclusivamente em uma única projeção.

2.5. Análise da carteira de investimentos do IPER

Na sequência, foi apresentada análise da carteira de investimentos do IPER alocada no Banco do Brasil, com informações sobre rentabilidade, distribuição dos recursos, indicadores de referência, liquidez, composição por fundos e desempenho histórico.

Foram exibidos dados de desempenho de fundos e estratégias vinculados a renda fixa, títulos públicos, crédito privado, renda variável e demais classes de ativos constantes da apresentação. Também foram analisados indicadores de retorno em diferentes períodos, taxas de administração, níveis de risco e aderência dos produtos ao perfil dos investidores institucionais.

A apresentação destacou a importância da diversificação entre indexadores, emissores, gestores, prazos e classes de ativos. Foi ressaltado que a avaliação de cada produto deve considerar, conjuntamente, rentabilidade, volatilidade, liquidez, risco de crédito, custos, enquadramento regulatório e compatibilidade com as obrigações previdenciárias do IPER.

2.6. Produtos e estratégias de investimento apresentados

Os representantes do Banco do Brasil apresentaram alternativas de investimento destinadas a diferentes objetivos de carteira, incluindo preservação de liquidez, proteção contra a inflação, busca de rentabilidade adicional e diversificação dos riscos.

Entre as estratégias discutidas, foram mencionadas aplicações referenciadas ao CDI, fundos de renda fixa, títulos públicos federais, títulos indexados à inflação, fundos de crédito privado, fundos de ações, fundos multimercado e fundos destinados a investimentos no exterior, conforme os produtos e as possibilidades constantes da apresentação.

Foi ressaltada a necessidade de avaliar se cada alternativa atende aos requisitos regulamentares aplicáveis aos RPPS, bem como ao nível de certificação e governança exigido, à política de investimentos e às necessidades de liquidez do Instituto.

Também foram apresentadas possibilidades de alocação em títulos públicos federais e em fundos que buscam acompanhar índices de renda fixa, considerando diferentes prazos e cenários de juros. A seleção de qualquer produto deverá ser precedida de análise técnica, jurídica, atuarial e de risco, quando cabível, além da deliberação pelos órgãos competentes.

2.7. Riscos, cautelas e governança

Durante a exposição, foi ressaltado que o desempenho passado não assegura resultados futuros e que cenários econômicos podem sofrer alterações significativas em razão de eventos geopolíticos, decisões de política monetária, inflação, câmbio, atividade econômica e condições fiscais.

Também foram apresentadas cautelas relacionadas à análise de fundos de investimento, incluindo a verificação da atuação e das responsabilidades do administrador, gestor, custodiante e demais

prestadores de serviços, bem como a conferência de taxas, riscos, liquidez, regras de resgate e eventual existência de garantias.

Foi reforçado que as projeções e simulações apresentadas devem ser compreendidas como instrumentos de análise e não como promessa de rentabilidade, recomendação individualizada ou garantia de resultado.

2.8. Manifestações e considerações finais

Os participantes reconheceram a relevância da apresentação para o acompanhamento da conjuntura econômica e para a compreensão das alternativas disponíveis à gestão dos recursos previdenciários.

Foi destacada a importância da continuidade do diálogo entre o Conselho Estadual de Previdência, o Comitê de Investimentos, a Diretoria responsável e as instituições financeiras, com o objetivo de aprimorar o acompanhamento dos investimentos e subsidiar decisões tecnicamente fundamentadas.

3. ENCAMINHAMENTOS / AÇÕES

Disponibilização do material: Os representantes do Banco do Brasil deverão disponibilizar ao IPER e ao Conselho o material utilizado na apresentação, para registro e análise interna.

Avaliação das estratégias: A Diretoria responsável e o Comitê de Investimentos deverão avaliar as estratégias e os produtos apresentados, considerando a política de investimentos, a regulamentação dos RPPS, os limites de alocação, a liquidez e o perfil das obrigações previdenciárias.

Análise de enquadramento: Antes de eventual aplicação, deverá ser conferido o enquadramento de cada produto na regulamentação vigente, bem como sua compatibilidade com a política de investimentos e com as exigências de governança do Instituto.

Acompanhamento do cenário econômico: O Conselho e os órgãos técnicos do IPER deverão acompanhar a evolução dos indicadores econômicos e dos fatores de risco destacados na apresentação, especialmente inflação, juros, câmbio, petróleo, atividade econômica e condições internacionais.

Reuniões periódicas: Poderão ser realizadas novas reuniões técnicas com o Banco do Brasil, com periodicidade a ser definida pelo Conselho e pelos órgãos responsáveis, para atualização das projeções, avaliação do desempenho e análise de eventuais mudanças nas estratégias de investimento.

3. ENCERRAMENTO

Após a apresentação do cenário econômico internacional e doméstico, da análise da carteira de investimentos do IPER, das estratégias e dos produtos apresentados, bem como das cautelas relacionadas à gestão dos recursos previdenciários, a reunião foi encerrada.

Sem mais para o momento, eu, Poliana Araújo Soares, na qualidade de Secretária do Conselho Estadual de Previdência, lavrei a presente ata, que será submetida à apreciação e assinatura dos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 08/09/2026, às 11:43, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Sueidy Araújo Barbosa, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 08/09/2026, às 11:45, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Ava Patrícia Lima Moraes, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 08/09/2026, às 11:55, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Rondinelli Santos de Matos Pereira, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 08/09/2026, às 17:58, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Poliana Araujo Soares, Secretária do Conselho Estadual de Previdência - CEP**, em 11/09/2026, às 11:34, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Albanira Cordeiro de Araújo, Membro do Conselho Estadual de Previdência**, em 11/09/2026, às 12:13, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **24053782** e o código CRC **E88C81D8**.
